



CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO

Fone/Fax (44) 3256.1216

Rua Orlando Batista da Silveira, nº 01 - CEP 86.755-000 - Ângulo - Paraná

CNPJ 01.608.550/0001-50

www.angulo.pr.leg.br - angulolegislativo@yahoo.com.br

PORTARIA Nº. 015/2016

REPUBLICADO POR CONTER
INCORREÇÃO

SUMULA: Concede Diárias ao Vereadores da Câmara Municipal de Ângulo - Pr.

O Presidente da Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, Sr. ALEXANDRE DE SOUSA PROFETA, no uso de suas atribuições legais:

PUBLICADO EM 01/07/2016
ODIÁRIO Nº 12.961
PÁGINA Nº 32

RESOLVE

Art. 1º - Ficam concedidas diárias aos Vereadores abaixo relacionados, para custear despesas com viagem a Curitiba-Pr, onde durante os dias 29 e 29/06 e 01/07/2016, participarão do Congresso Estadual de Vereadores do Paraná, que será promovido pela ACAMPAR.

NOME	CARGO	QUANT. DE DIÁRIAS	VALOR DA DIÁRIA	VALOR TOTAL DAS DIÁRIAS
Adnilson Laureano	Vereador	03	R\$ 300,34	R\$ 901,02
Márcio Cione Rissardo	Vereador	03	R\$ 300,34	R\$ 901,02

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO, EM 28 DE JUNHO DE 2016.

Alexandre de Souza Profeta

ALEXANDRE DE SOUZA PROFETA

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO
Fone/Fax: (44) 3256.1133
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286-0001-15

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 14/2016

A Comissão Permanente de Licitação, da PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Decreto nº 4, de 22/01/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 07 de julho de 2016, às 09:30 horas no endereço, AV VALÉRIO OSMAR ESTEVÃO, 72, Ângulo-PR, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 14/2016 na modalidade Pregão.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:
Aquisição de kits educacionais para serem utilizados na rede municipal de ensino e em campanhas de combate à doenças transmissíveis, com apresentações teatrais sobre o tema, a serem realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Ângulo.

Ângulo, 23 de junho de 2016

Antônio Carlos da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO
Fone/Fax: (44) 3256.1133
Av. Valério Osmar Estevão nº 72 - CEP 86755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ: 95.642.286-0001-15

EDITAL Nº 004/2016

A COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO, constituída através da Portaria nº 021/2016, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as respostas apresentadas pela empresa responsável pela realização do Concurso Público - Edital 001/2016, em relação aos recursos apresentados por candidatos contra os gabaritos preliminares das questões 01 da prova do cargo de Assistente Social e questão 10 da prova do cargo de Fisioterapeuta, **resolve**.

Tornar público o seguinte:

- O recurso apresentado pela candidata **Loide Gomes dos Santos**, inscrição 01.05, contra a questão 01 do gabarito preliminar da prova do cargo Assistente Social, foi indeferido.
- O recurso apresentado pela candidata **Ana Flávia da Silva**, inscrição 02.04, contra a questão 10 do gabarito preliminar da prova do cargo de Fisioterapeuta, foi deferido.
- Em função do deferimento do recurso em relação ao gabarito preliminar da questão 10 da prova do cargo de Fisioterapeuta, será efetuada alteração no gabarito deste cargo, conforme a seguir especificado.

Cargo: Fisioterapeuta
Questão 10 – da letra (A) para a letra (D)

4. Tornar público os gabaritos definitivos para correção das provas objetivas, a saber:

Cargo: Assistente Social

01	A	02	D	03	A	04	D	05	C	06	A	07	B	08	B	09	D	10	C
11	D	12	C	13	D	14	A	15	C	16	D	17	A	18	C	19	B	20	C

Cargo: Fisioterapeuta

01	A	02	D	03	A	04	D	05	C	06	D	07	C	08	D	09	C	10	D
11	A	12	C	13	B	14	B	15	B	16	C	17	A	18	C	19	B	20	C

Cargo: Nutricionista

01	A	02	D	03	A	04	D	05	C	06	C	07	B	08	D	09	A	10	C
11	B	12	B	13	D	14	A	15	B	16	C	17	A	18	C	19	B	20	C

Cargo: Psicólogo

01	A	02	D	03	A	04	D	05	C	06	C	07	B	08	B	09	A	10	A
11	A	12	A	13	B	14	A	15	B	16	C	17	A	18	C	19	B	20	C

Ângulo, 28 de junho de 2016.

SIDNEY APARECIDO DRIUSSI
Presidente

ADRIANA MOLINA MOCCHI
Membro

FERNANDA MOLINA LAVANHOLI
Membro

EDITAL Nº 003/2016

Divulga Gabaritos Preliminares das provas objetivas dos cargos de Assistente Social, Fisioterapeuta, Nutricionista e Psicólogo do Concurso Público – Edital nº 001/2016, realizadas no dia 19/06/2016, conforme a seguir especificados:

A Comissão Especial de Concurso Público, constituída através da Portaria nº 021/2016, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Tornar público os GABARITOS das provas objetivas dos cargos de Assistente Social, Fisioterapeuta, Nutricionista e Psicólogo do Concurso Público – Edital nº 001/2016, realizadas no dia 19/06/2016, conforme a seguir especificados:

Cargo: Assistente Social

01	A	02	D	03	A	04	D	05	C	06	A	07	B	08	B	09	D	10	C
11	D	12	C	13	D	14	A	15	C	16	D	17	A	18	C	19	B	20	C

Cargo: Fisioterapeuta

01	A	02	D	03	A	04	D	05	C	06	D	07	C	08	D	09	C	10	A
11	A	12	C	13	B	14	B	15	B	16	C	17	A	18	C	19	B	20	C

Cargo: Nutricionista

01	A	02	D	03	A	04	D	05	C	06	C	07	B	08	D	09	A	10	C
11	B	12	B	13	D	14	A	15	B	16	C	17	A	18	C	19	B	20	C

Cargo: Psicólogo

01	A	02	D	03	A	04	D	05	C	06	C	07	B	08	B	09	A	10	A
11	A	12	A	13	B	14	A	15	B	16	C	17	A	18	C	19	B	20	C

Ângulo, 20 de junho de 2016.

SIDNEY APARECIDO DRIUSSI
Presidente

ADRIANA MOLINA MOCCHI
Membro

FERNANDA MOLINA LAVANHOLI
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO
Fone/Fax (44) 3256.1216
Rua Orlando Batista da Silveira, nº 01 - CEP 86.755-000 - Ângulo - Paraná
CNPJ 01.698.550/0001-50
www.angulo.pr.leg.br - angulolegislativo@yahoo.com.br

PORTARIA Nº. 015/2016

SUMULA: Concede Diárias aos Vereadores da Câmara Municipal de Ângulo - Pr.

O Presidente da Câmara Municipal de Ângulo, Estado do Paraná, Sr. ALEXANDRE DE SOUSA PROFETA, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Ficam concedidas diárias aos Vereadores abaixo relacionados, para custear despesas com viagem a Curitiba-Pr, onde durante os dias 29 e 29/06 e 01/07/2016, participando do Congresso Estadual de Vereadores do Paraná, que será promovido pela ACAMPAR.

NOME	CARGO	QUANT. DE DIÁRIAS	VALOR DA DIÁRIA	VALOR TOTAL DAS DIÁRIAS
Adilson Laureano	Vereador	03	R\$ 300,34	R\$ 901,02
Márcio Clome Rissaro	Vereador	03	R\$ 300,34	R\$ 901,02

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÂNGULO, EM 28 DE JUNHO DE 2016.

Alexandre de Souza Profeta
ALEXANDRE DE SOUSA PROFETA
PRESIDENTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
ESTADO DO PARANÁ

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
ACÓRDÃO 004/2016

EMENTA: RESTITUIÇÃO DE DÉBITOS IPTU. ALEGAÇÃO DE NÃO ORIENTAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE RENOVACÃO ANUAL DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO POR LEI INDEFERIMENTO.

RECURSO VOLUNTÁRIO
PROCESSO Nº 1887/2016
RECORRENTE: JOSE EUGENIO
RECORRIDO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RELATOR: Cons. MARCELO APARECIDO SIQUEIRA
SESSÃO REALIZADA EM: 14/06/2016

RELATÓRIO:

O requerente acima identificado solicitou a restituição do valor de IPTU do ano de 2015, pago pelo recorrente, alegando que o mesmo tem direito a isenção de tributos conforme Lei Complementar 2.254/2013.

Inconformado, o Requerente apresentou requerimento protocolado sob o nº 1583/2015 em 09/03/2015, alegando que o mesmo não foi orientado quanto à necessidade de renovação da isenção e que o mesmo tem direito a restituição do valor pago.

A procuradoria salientou que a isenção deverá ser requerida, anualmente, visto que depende diretamente da manutenção dos requisitos básicos para sua concessão de um ano para o outro, descritos minuciosamente no artigo 124 da mesma lei. Negou-lhe o pedido.

Oportunizado o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação do recurso voluntário, a Contribuinte novamente reiterou seus fundamentos.

VOTO DO RELATOR:

O duplo grau de jurisdição é um princípio aplicado ao processo judicial, que significa nas palavras de Canotilho (1998, p. 583): "[...] entende-se, no seu sentido mais restrito, a possibilidade de obter o reexame de uma decisão jurisdicional superior (instância de segundo grau)".

De acordo com os ensinamentos de Conrado (2004, p. 101-109), o processo administrativo tributário tem origem no fato jurídico "conflito" veiculado pela impugnação do contribuinte à constituição da obrigação tributária pelo lançamento tributário. Diferentemente do processo judicial, a decisão do conflito no processo administrativo carece do atributo da coisa julgada, podendo ser revista pelo Poder Judiciário. Por esta razão, defende o autor citado a existência de uma jurisdição administrativa, na qual a jurisdição (o dever do Estado de compor os conflitos de interesses levados a seu conhecimento) é exercida atipicamente pela Administração, no papel de Estado-juz.

É assim, o referido processo, uma forma de controle do lançamento tributário, pois todos os atos administrativos, e o lançamento o é, são passíveis de serem controlados no âmbito administrativo, de forma que o [...] procedimento administrativo que a lei prevê para a discussão de assuntos tributários é, em última análise, uma cadeia e termos que se destina, primordialmente, a sucessivos controles de legalidade dos atos praticados pela Administração" (CARVALHO, 2003, p. 421-422).

O intuito do Município é fazer valer, também na esfera administrativa, o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa balizada pelo artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal. A Carta Magna em seu artigo 5º, inciso LV afirma que:

"LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

O Recorrente conforme alegado compareceu na prefeitura para fazer o pedido de renovação da isenção, porém fora do prazo previsto e regulamentado nos decretos 377/2014 e 018/2015, amplamente divulgados pela imprensa local e publicados no Diário Oficial do município.

Diante do exposto, voto pelo **indeferimento** do recurso em tela, haja vista a ausência do pedido formal de renovação da isenção, dentro dos parâmetros e condições previstos na Lei Complementar 2.254/2013.

Submeto à apreciação do pedido aos demais Conselheiros.

Marcelo Aparecido Siqueira
Relator

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes acima citadas, **ACORDAM** os membros do Egrégio Conselho de Contribuintes do Município de Mandaguari, **por unanimidade**, conhecer o recurso para **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, não cabendo o direito de restituição do IPTU do ano de 2015, nos termos do voto do Relator.

Conselho de Contribuintes do Município de Mandaguari, 14 de Junho de 2016.

Valdecir Scoassabia
Conselheiro Suplente

Jerrynaldo Da Silva Finetto
Conselheiro Efetivo

Marcelo Aparecido Siqueira
Relator

Amário Rocha
Conselheiro Efetivo

Jairson Lima de Almeida
Conselheiro Efetivo

Município de Astorga
Estado do Paraná

LEI Nº 2.818/2016

SÚMULA: DENOMINA RUAS LOCALIZADAS NO RESIDENCIAL TIMBÓ, NESTE MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de RUA MASSARU TOMOKUNI a Rua Projetada "A" do Residencial Timbó, neste Município de Astorga, Estado do Paraná.

Art. 2º - Fica denominada de RUA TIYONO TOMOKUNI a Rua Projetada "B" do Residencial Timbó, neste Município de Astorga, Estado do Paraná.

Art. 3º - Fica denominada de RUA REGINA MASSUE TOMOKUNI a Rua Projetada "C" do Residencial Timbó, neste Município de Astorga, Estado do Paraná.

Art. 4º - Fica denominada de RUA YASSUO TOMOKUNI a Rua Projetada "D" do Residencial Timbó, neste Município de Astorga, Estado do Paraná.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2016 (dois mil e dezesseis).

ARQUIMEDES ZIROLDO
Prefeito Municipal

MANOEL JOAQUIM DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Município de Astorga
Estado do Paraná

LEI Nº 2.816/2016

SÚMULA: ACRESCENTA DISPOSIÇÕES A LEI Nº 2.114/2009, DE 01/04/2009, QUE CONCEDE ADICIONAL A SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA - ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica acrescido o art. 2º-A, a Lei 2.114/2009, de 01/04/2009, que concede adicional a servidores, com a seguinte redação:

"Art. 2º-A - Fica criada a Coordenação Médica do ESF da Cidade de Astorga e a Coordenação Médica do ESF dos Distritos Administrativos de Astorga.
Parágrafo único. Fica concedida, aos servidores nomeados para cada coordenação, a gratificação de 60% (sessenta por cento) sobre o vencimento básico."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2016 (dois mil e dezesseis).

ARQUIMEDES ZIROLDO
Prefeito Municipal

MANOEL JOAQUIM DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Município de Astorga
Estado do Paraná

LEI Nº 2.814/2016

SÚMULA: ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI 2.014/2008, DE 05/05/2008, QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DAS ÁREAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE ASTORGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA - ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica alterado o ANEXO I - CARACTERÍSTICAS DE USO DO SOLO DA ÁREA URBANA, da Lei Municipal nº 2.014/2008, de 05/05/2008, de acordo com a tabela anexa, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Fica alterado o ANEXO V - MAPA DE ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA ÁREA URBANA DO DISTRITO DE SANTA ZÉLIA, da Lei Municipal nº 2.014/2008, de 05/05/2008, de acordo com o mapa anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 3º - Fica alterado o ANEXO VII - MAPA DE ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DA ÁREA URBANA DO DISTRITO DE SANTA ZÉLIA, da Lei Municipal nº 2.014/2008, de 05/05/2008, de acordo com o mapa anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2016 (dois mil e dezesseis).

ARQUIMEDES ZIROLDO
Prefeito Municipal

MANOEL JOAQUIM DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I
Características de Uso do Solo da Área Urbana

Zonas	Permitidos	Permissíveis	Tolerados	Proibidos
ZR1	Residencial Unifamiliar Horizontal e Vertical	Comércio e Serviço Vicinal	Comércio e Serviço de Bairro, Comércio e Serviço Geral, Comércio e Serviço Específico	Todos os demais
ZR2	Residencial Unifamiliar, Multifamiliar Horizontal e Vertical	Comércio e Serviço Vicinal	Comércio e Serviço de Bairro, Comércio e Serviço Geral, Comércio e Serviço Específico	Todos os demais
ZR3	Residencial Unifamiliar, Multifamiliar Horizontal e Vertical	Comércio e Serviço Vicinal	Comércio e Serviço de Bairro, Comércio e Serviço Geral, Comércio e Serviço Específico	Todos os demais
ZRCH	Residencial Unifamiliar Horizontal	Comércio e Serviço Vicinal	Comércio e Serviço de Bairro, Comércio e Serviço Geral, Comércio e Serviço Específico	Todos os demais
ZCS1	Residencial Unifamiliar, Multifamiliar Horizontal e Vertical	Comércio e Serviço Vicinal	Comércio e Serviço de Bairro, Comércio e Serviço Geral, Comércio e Serviço Específico	Todos os demais
ZCS2	Residencial Unifamiliar, Multifamiliar Horizontal e Vertical	Comércio e Serviço Vicinal	Comércio e Serviço de Bairro, Comércio e Serviço Geral, Comércio e Serviço Específico	Todos os demais
ZPP	De acordo com a Resolução nº 360 de 28 de março de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, e demais legislações de âmbito municipal, estadual e federal pertinentes à matéria	Comércio e Serviço Vicinal, Comércio e Serviço Específico	Indústria Inócuas	Todos os demais
ZI	Residencial Unifamiliar, Multifamiliar Horizontal e Vertical	Comércio e Serviço Vicinal, Comércio e Serviço Específico	Indústria Inócuas	Todos os demais
ZURB	Residencial Unifamiliar, Multifamiliar Horizontal e Vertical	Comércio e Serviço Vicinal, Comércio e Serviço Específico	Indústria Inócuas	Todos os demais

Município de Astorga
Estado do Paraná

LEI Nº 2.813/2016

SÚMULA: ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI 2.019/2008, DE 05/05/2008, QUE DISPÕE SOBRE O PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO SEDE DE ASTORGA E DOS DISTRITOS DE IÇARA, SANTA ZÉLIA E TUPINAMBÁ.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ASTORGA - ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica alterado o ANEXO I - MAPA DE PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO SEDE DE ASTORGA, da Lei Municipal nº 2.019/2008, de 05/05/2008, de acordo com o mapa anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Fica alterado o ANEXO III - MAPA DE PERÍMETRO URBANO DO DISTRITO DE SANTA ZÉLIA, da Lei Municipal nº 2.019/2008, de 05/05/2008, de acordo com o mapa anexo, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2016 (dois mil e dezesseis).

ARQUIMEDES ZIROLDO
Prefeito Municipal

MANOEL JOAQUIM DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Finanças